O próprio estudo de *cluster* aponta dezenas de variáveis em jogo nessa resposta. Mas é preciso levar em conta as seguintes tendências:

- a indústria de transformação necessita do cacau brasileiro até certo ponto, pois importa, a preços baixos, amêndoas dessa *commodity* que até agora não veiculam qualquer valor agregado;
  pode diminuir a obrigatoriedade do uso do cacau, inclusive em chocolates;
- a cacauicultura tornou-se prática afeta a países pobres e com sistemas de produção ineficientes para manter baixos os custos de produção, ocorrendo o mesmo no Sul da Bahia;
- os preços não são controlados pelos países produtores e sim pelos mais industrializados, que influenciam as cotações.

Diante dessa realidade, já se propôs abandonar a cacauicultura, substituindo-a por outras culturas como o café, a pupunha e o dendê. Ainda mais desalentador, quando se pensa nos problemas da cadeia e no baixo índice de qualidade de vida de seus membros.

Multifuncionalidade

A visão da área do cacau leva o analista a concluir que o melhor futuro da região depende da manutenção da cacauicultura. O grande empecilho para isso parece ser o não entendimento do conceito de multifuncionalidade da agricultura.

A despeito das controvérsias sobre a exploração econômica da multifuncionalidade, o conceito é antigo e jamais foi bem assimilado pelos especialistas brasileiros. Tanto a análise do *cluster* quanto nossas avaliações atestam isso; os serviços rurais, incluindo o que diz respeito ao turismo regional, jamais o mencionam.

O *cluster* do cacau pressupõe inúmeras indústrias e infra-estruturas convergentes e complementares, florescentes de atividades que dependem da manutenção das condições edafoclimáticas e do próprio ambiente. Manter a cacauicultura significa manter as condições da natureza florestal complementadas pelos exuberantes contornos costeiros, cujo potencial econômico via turismo é infinitamente maior do que o do agronegócio cacau.

Tanto no nível primário quanto no terciário (pesquisadores, empresários e políticos), deve-se admitir que a reversão do quadro atual corre grande risco. De qualquer forma, o não atendimento das reivindicações dos especialistas consultados parece ser a pior das opções, a que concorreria definitivamente para o completo declínio do cacau e conseqüentemente de toda a região.

Glória Beatriz M.N. da Gama é mestre da Faculdade de Agronomia e Veterinária em Agronegócio/UnB, consultora do CNPq. Josemar Xavier de Medeiros é professor da Faculdade e consultor do CNPq.

[1]*Parte de dissertação de mestrado desenvolvida na UNB com apoio do Programa de ciência e tecnologia para o Desenvolvimento do Agronegócio (PCT-Agro) do CNPq.*

PLANO DE SAFRA

Mais recursos

O Ministério da Agricultura liberou R$8,8 bilhões para o ano-safra 2000/2001, mais 44% em relação à safra passada

LUIZ ANTONIO PINAZZA

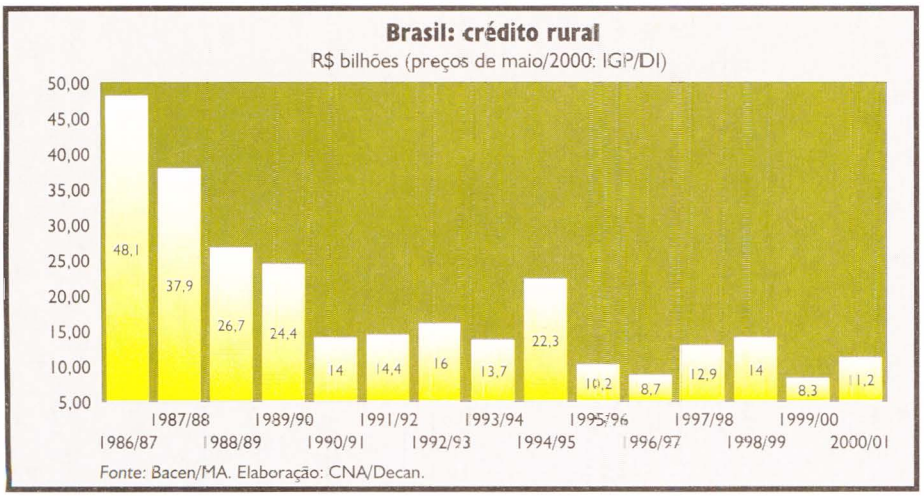
O Plano de Safra tem seu foco basicamente dirigido ao custeio, investimento e comercialização das lavouras de cereais e oleaginosas. Antes havia muita expectativa em torno do anúncio de um plano desse porte, hoje não mais. Antes pairava no ar uma crença sobre a capacidade de as políticas públicas de crédito e preços garantirem renda para a capitalização e

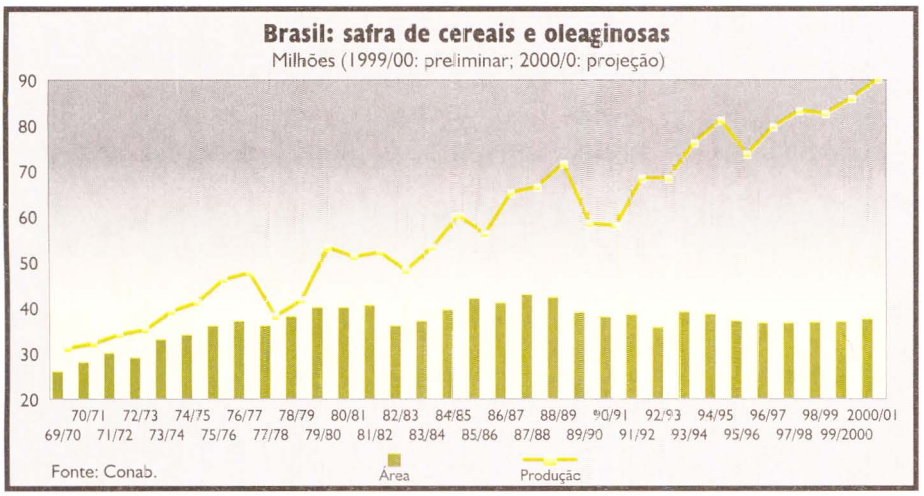


crescimento sustentados do setor. Tinha-se a consciência da contribuição da agricultura para o país. Esse sentimento foi diminuindo e hoje infelizmente não há delineamento estratégico do que dela se espera.

Não aconteceu

A meta fixada de 100 milhões de toneladas para o ano 2000 não aconteceu, mas se





Recursos programados para a safra 2000/01

Linha	1999/00	2000/01	Variação%
A juros fixos	5.562	6.730	21,0
Custeio/comercialização	1.950	3.110	59,5
A juros livres	792	1.450	63,1
Total	8.304	11.290	36,0

Fonte: Ministério da Agricultura.

Estimativa inicial: redução por conta da revisão no orçamento do Funcafé e menor entrada de recursos externos da Resolução nº 2.483/98, do Banco Central.

Safra 2000/01: contratos de opções

Produto	Quantidade mil t
Milho	3.300
Algodão	180
Arroz	800
Trigo	900

tivesse acontecido pouca diferença estaria fazendo. Antes de tudo, desconhecem-se as bases de referência ou as razões consideradas para sustentar essa quantidade. Sem os instrumentos mínimos de política agrícola, se o país hipoteticamente tivesse chegado lá, o resultado seria um desastre econômico e financeiro. Iria se assistir a uma dramática quebradeira nos agronegócios ligados ao dentro e antes da porteira, de proporção muito maior que a registrada em 1995 e 1996, que culminou na securitização.

No pacote anterior da safra 1999/00, os recursos prometidos ao setor somavam R$13,1 bilhões. Mas o volume efetivo financiado ficou em R$8,8 bilhões, uma representativa diferença de R$4,3 bilhões. Como o fato não é inédito a desconfiança do setor ganha raízes mais profundas. Para a safra 2000/01 projeta-se a necessidade de R$20 bilhões para o seu financiamento. A quantia anunciada de R$13,1 bilhões é menor e objeto de questionamento e dúvidas. O governo aposta numa safra de 90 milhões de toneladas, resultado impulsionado pelo incremento de 2% na produtividade e mais 2% na área plantada.

Crédito potencial

A exigibilidade é a principal fonte de financiamento para a agricultura, correspondente a 25% das rubricas sujeitas ao recolhimento compulsório no Banco Central, oriundas na sua maior parte dos depósitos à vista. O saldo dessa conta em março último somava R$33,3 bilhões, resultando na oferta de um crédito potencial de R$8,3 bilhões. Logo, tendo em vista que os empréstimos do setor no sistema financeiro totalizam R$41,6 bilhões, conclui-se que há déficit nos recursos.

As autoridades governamentais sustentam que em função de o compulsório bancário ter caído de 55% para 45%, os agentes financeiros passaram a ter 30% dos recursos à vista livres para aplicar até mesmo na agricultura. Pelos cálculos do Ministério da Agricultura os recursos prometidos são suficientes para atender de 28% a 29% da demanda por crédito rural, com juros mais acessíveis, através da equalização de taxas pelo Tesouro. No plano passado, a oferta correspondeu a somente 22% da procura.

Segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), quando os agricultores forem negociar o financiamento da safra certamente depararão com um *mix* de en-

Para a safra 2000/01 projeta-se a necessidade de R$20 bilhões para o seu financiamento. A quantia anunciada de R$13,1 bilhões é menor e objeto de questionamento e dúvidas.

Mecanização da agricultura mundial – 1996

Local	Área cultivada mil ha	Frota		Hectare arável por trator	Hectare colhido por colheitadeira
		Tratores	Colheitadeiras		
Mundo	1.381.917	26.345.272	4.232.536	52,5	326,5
África	174.202	567.397	39.809	307,0	4.375,9
América do Norte	258.701	5.835.768	849.614	44,3	304,5
América do Sul	97.740	1.199.043	121.835	81,5	802,2
Ásia	499.497	6.920.648	1.894.207	72,2	263,7
Europa	299.760	11.421.088	1.266.976	26,2	236,6
Oceania	52.017	401.328	60.095	129,6	865,6
Brasil	53.500	460.000	49.600	116,3	1.078,6
Argentina	25.000	280.000	50.000	89,3	500,0
Canadá	45.360	740.000	155.000	61,3	292,6
EUA	175.000	4.800.000	662.000	16,5	264,4
França	18.288	1.312.000	154.000	13,9	118,8
Reino Unido	6.090	500.000	47.000	12,2	129,6

Fonte: FAO.

Brasil: índice de mecanização da agricultura

Ano	Área cultivada mil ha	Frota de tratores de roda	Índice de mecanização
1960	25.671,70	62.684	410
1965	31.637,30	76.691	413
1970	34.911,70	97.160	359
1975	41.811,10	271.852	153
1980	47.640,60	480.340	99
1985	49.528,70	551.036	90
1990	47.666,40	515.815	92
1995	50.021,50	481.316	104
1998	53.500,00	460.000	116

Fontes: IBGE e Afável.

cargos financeiros maiores do que 21% ao ano. A elaboração do projeto técnico e mais as reciprocidades (saldo médio bancário) oneram as operações. O recadastramento pesa no bolso do agricultor e as exigências da burocracia bancária chegam a 52 documentos.

Plano de ação

Ainda sem aprovação, a CNA apresentou o sequinte elenco de propostas para o governo adotar no Plano de Safra:

- dispensar garantia hipotecária normalmente superior ao valor do crédito;
- utilizar penhor de safra para os agricultores enquadrados na securitização;
- adotar o crédito rotativo para dispensar as exigências da burocracia bancária;
- recompor o orçamento das operações oficiais de crédito. Em 1995 foi de R$3,8 bilhões, mas caiu 80% e chegou a R$747 mil em 1999;
- aumentar os limites de adiantamento para ajustar aos níveis reais das despesas de custeio. Na soja o valor seria de R$300 mil, no algodão de R$500 mil e nas demais atividades de R$100 mil;
- flexibilizar a equivalência em produto da dívida securitizada. Permitir a substituição do produto utilizado na securitização por outros com preços mais favoráveis;
- liberar a comercialização de agroquímicos entre os países do Mercosul. Essa decisão depende da harmonização da legislação entre os países;
- elevar para 35% a tarifa externa comum (TEC) no arroz, trigo, algodão, leite e outros produtos com excedentes de produção regional.

> Pelos cálculos do Ministério da Agricultura os recursos prometidos são suficientes para atender de 28% a 29% da demanda por crédito rural, com juros mais acessíveis, através da equalização de taxas pelo Tesouro.

Sugestões atendidas

Segundo a CNA o governo atendeu às sugestões de prorrogação do Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prosolo) e o financiamento do prêmio do seguro rural privado com recursos controlados do crédito rural. Também correspondeu às expectativas a alocação de R$400 milhões para o financiamento do programa de recuperação de pastagens limitado a R$40 mil por produtor, juros de 8,75%, prazo de cinco anos, com dois de carência.

Ao reajustar o preço mínimo do milho em 2,5%, o Plano prejudicou o estoque das dívidas dos produtores rurais securitizados com base no preço do produto. Cerca de 80% das dívidas renegociadas estão nessa situação. O impacto é estimado em 1,6 milhão de toneladas, cerca de 5% da colheita do milho na temporada 1999/00.

Os lançamentos de contratos de opções representam formas alternativas para induzir a produção e garantir preço na comercialização. O produtor tem no início de arcar com o custo de um prêmio de 0,5% a 1,7% do valor do preço de exercício. Mas no vencimento do contrato goza da liberdade de escolher a venda da produção ao governo ou ao mercado.

As quantidades projetadas para a realização da Nota Promissória Rural (NPR) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF) são de 5,9 milhões de toneladas, equivalentes a R$1,4 bilhão. Na prática esses recursos quase sempre estão indisponíveis ou há restrições de crédito, além do que os EGF estão sem opção de venda.

E-mail: pinazza@agroceres.com.br

Bibliografia

Plano de Safra 2000/01: Conab/MA.

Pernambuco Getúlio. "Pano prioriza comercialização mas aumenta a dívida agrícola". *Gleba*, (45) 168, jun. 2000.